



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE N.º 52, DE 2011

(Do Sr. Vanderlei Macris)

Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização e controle no Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA integrante da estrutura administrativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com vistas a verificar irregularidades em assentamentos de reforma agrária criados pelo órgão no Estado do Pará, no período de 2005 a 2011.

DESPACHO:

À COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

APRECIACÃO:

Proposição Sujeita à Avaliação Interna nas Comissões

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Senhor Presidente,

Com fulcro no art. 100, § 1º, combinado com os artigos 60, inciso I e 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, proponho a Vossa Excelência que, ouvido o digno Plenário desta Comissão, adote as medidas necessárias para realizar ato de fiscalização e controle no Instituto Nacional de Reforma Agrária integrante da estrutura administrativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com vistas a verificar irregularidades em assentamentos de reforma agrária criados pelo órgão no Estado do Pará, no período de 2005 a 2011.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo a notícia publicada no jornal "O Globo", assinada pelo jornalista João Sorima Neto, intitulada "**Metrópole de assentados**" **ameaça floresta no Estado do Pará**.

No Pará, pelo menos 1,3 milhão de pessoas vive em assentamentos - 17% da população do estado - mostram dados do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. Mas essa metrópole de assentados é palco de irregularidades como venda de lotes, avanço sobre a floresta e negociação com madeireiros. *Metade da população rural do Pará vive em áreas de reforma agrária, que avançam sobre a floresta.*

O Pará já tem uma "metrópole" vivendo em assentamentos. Dos 7,5 milhões de habitantes do estado, cerca de 1,3 milhão mora em áreas que foram destinadas à reforma agrária, segundo dados do Incra. Isso significa que os assentados correspondem a 17% da população total e à metade da população rural do estado. Pelo IBGE, uma cidade é considerada metrópole quando o número de seus habitantes ultrapassa um milhão. É como se toda a população de São Luís ou de Goiânia morasse em assentamentos. No Pará, para piorar, essa "metrópole" se expande e avança sobre áreas da Floresta Amazônica que deveriam ser preservadas.

- O número é extremamente preocupante. Hoje, não há fiscalização eficaz em todos esses assentamentos e muitos são irregulares. O desmate avança sem controle - diz Paulo Amaral, pesquisador da Oscip Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon).

Os números confirmam a preocupação. Levantamento do Imazon mostrou que, em agosto deste ano, o Pará foi o estado que mais desmatou na Amazônia. Foram 119 quilômetros quadrados de vegetação derrubada no estado, metade da área devastada na Amazônia Legal no período. A derrubada de árvores ocorre também nos assentamentos. No Praia Alta-Piranheira, em Nova Ipixuna, sudeste do Pará, o Ibama descobriu recentemente 340 hectares de floresta que viraram pasto. Os fiscais do Ibama viram que as 200 famílias assentadas no início do projeto, em 1997, hoje são 400.

Conforme se extrai da notícia acima referenciada, o Pará é o Estado que mais desmatou na Amazônia Legal, caracterizando gravíssima omissão do Estado quanto à fiscalização do Programa de Reforma Agrária. Assim, considero de suma importância a instauração de uma proposta de fiscalização e controle como o meio apropriado para investigar as denúncias sobre as irregularidades nos assentamentos da reforma agrária no Estado do Pará.

Brasília, em 26 de outubro de 2011.

Dep. Vanderlei Macris
PSDB

FIM DO DOCUMENTO
